

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: POR QUE, COMO, O QUÊ, E QUANDO AVALIAR?

MYRIAN ABECASSIS FABER¹,
SIDNEY NETTO²,
NETALI ABECASSIS²
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS¹,
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS²

INTRODUÇÃO

É a partir da informação e do conhecimento que o ser humano constrói sua identidade, percebendo-se como um todo, diante de seus semelhantes. Sua maneira de interpretar a realidade pode ser influenciada pelo meio que o cerca, mas não determinada.

O caráter enérgico referente à pluralidade dos conhecimentos ganha centralidade, contrapondo-se à noção de conhecimento como alguma coisa estática, que se explica em um inventário de conteúdos e habilidades a ser dominado pelos alunos, em um determinado tempo, de maneira cumulativa, desconsiderando-se as diferenças individuais e sócio-culturais dos alunos, o que tem resultado, de acordo com a história em nosso sistema de ensino, na significativa parcela de exclusão e seletividade daqueles que nele ingressam.

Souza (2000) enfatiza que a avaliação, tal como concebida e vivenciada na maioria das escolas brasileiras, tem se constituído no principal mecanismo de sustentação da lógica de organização do trabalho escolar e, portanto, legitimador do fracasso, ocupando mesmo o papel central nas relações que estabelecem entre si os profissionais da educação, alunos e pais. Embarçando-se com o procedimento de atribuição de notas, de seleção dos alunos com condições de serem promovidos para séries subseqüentes, **a aprovação ou reprovação** do aluno constitui o foco central do processo de avaliação e, freqüentemente, na finalidade do próprio processo de ensino e aprendizagem. Os alunos não discutem o que estão aprendendo, se estão aprendendo, o sentido do que estão aprendendo, mas que nota tiraram, em que disciplinas estão com ou sem "média".

REVISÃO DA LITERATURA

A escola deve ser avaliada em sua totalidade, na qual se integra a avaliação do aluno, não sendo possível pensar-se em modificar a sistemática de avaliação vigente sem encarar uma transformação global da escola.

A avaliação se caracteriza como instrumento de controle e adaptação de condutas educacionais e sociais dos alunos. Trabalha-se com os alunos em direção à adequação e submissão a padrões e expectativas definidos pela escola, os quais, no entanto, não levam em conta suas características enquanto grupo social. O saber escolar é transmitido de forma desvinculada da cultura de origem dos alunos e a avaliação visa verificar o domínio desse saber, muitas vezes distante dos conhecimentos relativos aos setores populares da sociedade, convertendo-se desigualdades sociais em fracasso escolar, sob um discurso utópico de que todos recebem iguais oportunidades educacionais, mas são os alunos que se comportam de maneira diversa (SOUSA, 1986).

A avaliação é algo que, no processo interdisciplinar, necessita de uma atenção especial. Desenvolvê-la implica em admitir uma ótica pluralista das concepções de ensino e estabelecer diálogo entre as mesmas e a realidade escolar para superar suas limitações. Novaes (1992) ressalta que a ordem da ação não está presidida por um só critério, não é perfeita. A ação acontece pela confrontação de pontos de vista num diálogo permanente, que apresenta valores muitas vezes incompatíveis. Logo, afirma Morin (2000) que é preciso substituir um pensamento insular e separador por um pensamento que distinga e conecte.

Uma avaliação, ao ser elaborada, deverá contemplar os seguintes itens: ter claro o objetivo da avaliação; ter a possibilidade de discutir esses objetivos; que o resultado permita

uma retro-alimentação no processo; estar atento ao quê MEDIR e quais os melhores critérios a serem adotados; é importante um tipo de reflexão que co-relacione múltiplos fatores; as avaliações assim como os critérios deverão ser elaborados pelos professores envolvidos no processo; é fundamental estar atento para o erro. O erro é fator que alimenta o sistema. Pode-se dizer que o aprendizado acontece através do erro. Ou seja, o erro não é alguma coisa negativa. Ele é o caminho, ele dá as bases para correções no sistema. O erro é posicionamento: ele mostra o desvio entre o que é objetivo e aquilo que se está conseguindo. “Errar é mais que humano, é pedagógico, é errando que a gente aprende” (DEMO, 2001: 49).

O CURRÍCULO PARA O ENSINO MÉDIO

O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preceitua que os currículos do ensino fundamental e médio devem “ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”, e a disciplina, Educação Física, é obrigatória para alunos matriculados no **Ensino Médio**, conforme determinação do Ministério de Educação

A Resolução 3/98 (Art. 11) indica que a base nacional comum terá 2.400 horas (75%), acrescidas da parte diversificada (25%), e deverá se organizar nas seguintes áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

O Art. 10, III - § 2, da mesma Resolução esclarece que “as propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para Educação Física e Arte, como componentes curriculares obrigatórios e conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Destaca que a organização do currículo, das situações de ensino-aprendizagem e dos procedimentos de avaliação; devem estar coerentes com os princípios estéticos, políticos e éticos; abrangendo a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a ética da identidade (Art. 3º).

A mesma Resolução 3/98 estabelece que o currículo deverá incluir competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos, organizando-se nos princípios pedagógicos da identidade, da diversidade, da autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização (art. 4º) orientado no Art. 6º. que os princípios pedagógicos da Identidade, Diversidade e Autonomia, da Interdisciplinaridade e da Contextualização serão adotados como estruturadores dos currículos do ensino médio.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio estabelecem um currículo organizado por competências em três áreas. Nesse currículo a perspectiva de desenvolvimento de competências exige a compreensão de que o seu trajeto de construção se estende ao processo de formação continuada, sendo, portanto, um instrumento norteador do desenvolvimento profissional permanente (professores e escola).

A primeira das áreas de competência corresponde a Linguagens, códigos e suas tecnologias onde estão inseridas as disciplinas Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática; a segunda diz respeito as Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias que abrange Química, Física, Biologia e Matemática; e por última área tem-se Ciências Humanas e suas tecnologias que compreende a História, Geografia, Sociologia (Antropologia, Política e Filosofia).

Os PCNEM destacam como princípio integrador, as tecnologias e toda proposta curricular tem por eixos a **interdisciplinaridade e a contextualização**. Desta forma, o percurso para os conhecimentos que segundo Saviani, (2000, p.41), está em “perguntar dentro da cotidianidade do aluno e na sua cultura; mais que ensinar e aprender um conhecimento, é preciso concretizá-lo no cotidiano, questionando, respondendo, avaliando, num trabalho desenvolvido por grupos e indivíduos que constroem o seu mundo e o fazem por si mesmos,”

adquirem significado coletivos e individuais quando estão em ação e o que os põe em ação é sua mobilização pelas competências.

OS TRÊS FOCOS PRINCIPAIS DA AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

1º Foco: Realização das práticas

É preciso observar primeiro se o estudante respeita o companheiro, como lida com as próprias limitações (e as dos colegas) e como participa dentro do grupo; em segundo lugar vem o saber fazer, o desempenho propriamente dito do aluno tanto nas atividades quanto na organização das mesmas. O professor deve estar atento para a realização correta de uma atividade e também como um aluno e o grupo formam equipes, montam um projeto e agem cooperativamente durante a aula.

2º Foco: Valorização da cultura corporal de movimento

É importante avaliar não só se o educando valoriza e participa de jogos esportivos. Relevante também é seu interesse e sua participação em danças, atividades lúdicas, excursões e outras formas de atividade física que compõem a nossa cultura dentro e fora da escola.

3º Foco: Relação da Educação Física com saúde e qualidade de vida

É necessário verificar como crianças e jovens relacionam os elementos da cultura corporal, aprendidos em atividades físicas com um conceito mais amplo, de qualidade de vida.

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA É O QUÊ?

A avaliação, principalmente em Educação Física, tem assumido, e já há muito tempo, uma função seletiva, uma função excludente daqueles que costumam serem rotulados “menos capazes”.

O real sentido da avaliação em Educação Física no Ensino Médio é o de permitir a chance de verificar se o aluno aprendeu a conhecer o próprio corpo e a valorizar a atividade física como fator de qualidade de vida. Portanto, àquela desgastada forma de considerar apenas a frequência às aulas, o uniforme ou a participação em jogos e competições — a comparação entre os que têm “veia” de campeão com os que não têm; tende progressivamente a **DESAPARECER**.

Em resposta à pergunta acima é possível afirmar que não há uma única fórmula pronta para avaliar, mas é essencial detectar as dificuldades e os progressos dos estudantes, além de diversificar os instrumentos de avaliação. E para tanto, o mais indicado é não utilizar um só padrão para todos, mas fazer um diagnóstico inicial para poder acompanhar o desenvolvimento de cada um.

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO VISTA SOB TRÊS PONTOS. POR QUÊ?

A avaliação pode e deve oferecer ao **professor** elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, no que se refere à escolha de competências, objetivos, conteúdos e estratégias. Para Hadji (2001), implica necessariamente além da modificação das práticas do professor em compreender que o aluno é, não só o ponto de partida, mas também o de chegada. Auxilia na compreensão de quais aspectos devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual e de todo o grupo de alunos.

Do ponto de vista do estudante, a avaliação é instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades. Seu progresso só pode ser percebido quando

comparado com ele mesmo: Uma auto-avaliação. Como estava? Como está? As ações desenvolvidas entre as duas questões compõem a avaliação formativa (HADJI, 2001).

Para a escola - O sucesso ou o fracasso escolar concordando com Perrenoud (2000), resulta de formas e de normas de excelência que foram instituídas pela escola, cuja execução revela algumas arbitrariedades, entre as quais a definição do nível de exigência do qual depende o limiar que separa aqueles que têm êxito daqueles que não o têm. As formas de excelência que a escola valoriza, se tornam critérios e categorias que incidem sobre a aprovação ou reprovação do aluno. A avaliação permite à escola reconhecer prioridades e localizar ações educacionais que demandam maior apoio (PCNEM, 1999).

COMO AVALIAR EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO?

Uma avaliação requer segundo Libâneo (1994, p.204) "o uso de instrumentos e procedimentos de avaliação adequados". Os PCNEM sugerem como instrumentos o uso de registros sistemáticos em fichários cumulativos, reservando um período em algumas aulas para que o grupo de alunos analise seu próprio desempenho, assim como o da equipe pedagógica.

Pode-se avaliar os alunos de forma sistemática em consenso com Gronlund (1971) que classifica os procedimentos utilizados para avaliação da aprendizagem dos alunos em: **testagem** - conjunto de tarefas usadas para colher amostras do comportamento do indivíduo em uma determinada situação e em um determinado tempo; **auto-relato** - situação em que o indivíduo fornece informações sobre si mesmo; e **observação** - procedimentos que permitem a apreensão direta do fenômeno que vai ser avaliado.

A observação das situações de vivência, de perguntas e respostas formuladas durante as aulas; de forma específica em provas, pesquisas, relatórios, apresentações fornece elementos imprescindíveis à avaliação. Pode-se ainda, utilizar provas teóricas, trabalhos, seminários, filmagem para avaliar habilidades e atitudes, observações sistemáticas, fichas e, inclusive, testes de capacidades físicas. E ainda, de acordo com os PCNEM através de Projetos Disciplinares ou em Interdisciplinares, observando-se os princípios pedagógicos da Identidade, Diversidade e Autonomia, da Interdisciplinaridade e da Contextualização.

A linha tênue entre a avaliação e a medição não está na escolha dos instrumentos da avaliação e sim na concepção que sustenta a utilização destes. Entende-se que o problema não reside no modo de coletar as informações e sim no sentido da avaliação, que deve exercer-se como um contínuo

O QUÊ AVALIAR EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO?

Nesse nível de Ensino a avaliação em Educação Física deverá considerar **a observação, análise e conceituação de elementos que compõem a totalidade da conduta humana**, ou seja, a avaliação deve estar voltada para a **aquisição de competências, habilidades, conhecimentos e atitude dos alunos**.

QUANDO AVALIAR?

Se, por meio de observações, discussões, o professor avalia o aluno em processo, não é preciso conhecer o resultado de uma avaliação formal para efetivar mudanças em suas aulas. A observação avaliadora pode ser feita em todas as aulas e situações e deve ser comunicada aos alunos, informando-lhes sobre as suas dificuldades bem como sobre os avanços alcançados. Assim, a aplicação de prova exigida por muitas escolas possuirá então mero caráter normativo.

A AVALIAÇÃO ABRANGERÁ O QUÊ?

A avaliação deve abranger as dimensões cognitiva, (competências e conhecimentos), motora (capacidades físicas) e atitudinal (valores), verificando a capacidade de o aluno expressar sua sistematização dos conhecimentos relativos à cultura corporal em diferentes linguagens – corporal, escrita e falada. Embora essas três dimensões apareçam integradas no processo de aprendizagem, nos momentos de formalização a avaliação pode enfatizar uma ou outra delas. Esse é outro motivo para a diversificação dos instrumentos, de acordo com as situações e objetivos do ensino.

Em Luckesi (1999, p.43) encontra-se que “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”. E ainda que “a avaliação deverá verificar a aprendizagem não só a partir dos **mínimos possíveis**, mas a partir dos **mínimos necessários**” (p.44).

COMO AVALIAR EM PROJETOS DISCIPLINARES OU EM INTERDISCIPLINARES?

Esses instrumentos permitem ao professor analisar por meio do **processo de observação contínua do desenvolvimento das etapas** – possibilita uma correção do percurso –, também é possível. **Avaliar o produto final** seja pela realização de um vídeo, um jornal ou uma página de Internet, pela organização de um campeonato ou evento, pelo desempenho de táticas ou jogadas entre outras formas de instrumento de avaliação.

Tanto os alunos quanto outros professores envolvidos, toda a comunidade escolar e a comunidade do entorno da escola podem colaborar com o processo de avaliação. Dependendo das características e de onde se desenvolva o Projeto.

OBJETIVOS, CONTEÚDOS, MÉTODOS E ESTRATÉGIAS

As primeiras aulas devem funcionar como referência, para que o professor faça a análise inicial da turma, observando e registrando as características de cada estudante. Independentemente de o grupo conhecer ou não a atividade, é preciso explicar, desde o início, os motivos pelos quais ela faz parte do programa, quais os movimentos, as capacidades e as habilidades que serão trabalhados e que aspectos serão avaliados; coletiva e individualmente. O docente poderá, então, a seu critério, estabelecer a obrigatoriedade de uma das verificações de cada etapa, desde que informe ao discente como, qual, quando e o quê, será objeto da verificação. O estudante precisa conhecer quando e como será “julgado”.

CONCLUSÃO

A avaliação necessita possuir complexidade objetiva que leve o aluno a pensar, a estruturar e a elaborar processos mentais complexos para solucionar as respostas.

A avaliação da aprendizagem, que tradicionalmente tem como alvo, o julgamento e a classificação do aluno; necessita ser redirecionada, pois a competência ou incompetência do aluno resulta, em última instância, da competência ou incompetência da escola.

Avaliar necessita de bom senso para realmente ter valor significativo. Só poderá ser avaliado o que foi ensinado, pesquisado, construído, formulado e reformulado por meio do diálogo entre as disciplinas, sem o quê o fracasso está garantido.

REFERÊNCIAS

- BERGER FILHO, Ruy. **Currículo por competências**. MEC, 1999.

- BORGES, C. **O professor de Educação Física e a construção do saber**. Campinas: Papyrus, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica**. – Brasília: MEC: SETEC, 2002.
- DARIDO, S. C. A avaliação em Educação Física escolar: das abordagens à prática pedagógica. In: **Anais do V Seminário de Educação Física Escolar – Escola de Educação Física e Esporte /USP**, 1999, pp. 50-66.
- _____. Teoria, prática e reflexão na formação profissional em educação física. In: **Motriz – Revista de Educação Física**, v.1, n.2, 1995, pp. 124-8.
- DEMO, Pedro. É errando que a gente aprende. **Nova Escola – A Revista do Professor**, São Paulo, n. 144, p. 49 – 51, ago. 2001.
- HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LUCKESI. C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários a Educação do Futuro**. São Paulo, Cortez, 2000.
- NOVAES, Maria Helena. **Psicologia da educação e prática profissional**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998
- SAVIANI. D. **Saber escolar, currículo e didática**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/em1/em10.htm - 27k Acesso em 19/04/07.